

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições da legislação societária, normas aplicáveis e estatutárias, a Companhia Riograndense de Saneamento submete o Relatório da Administração à apreciação dos acionistas.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Disponibilizar 1,5 bilhão de litros de água potável por dia, todos os 365 dias do ano, para seis milhões de consumidores é tarefa que impressiona. No entanto isso é apenas rotina para a população. A universalização no abastecimento de água não é uma conquista de momento, mas fruto de uma caminhada que iniciou ainda nos anos 1960, e que inscreveu definitivamente o nome CORSAN no mapa do Rio Grande do Sul. Nessas cinco décadas, cada passo dado carregou a marca do desafio e da superação, palavras hoje ressignificadas no reconhecimento e na confiança que cada usuário deposita na Companhia.

Mas nessa história a via é de mão única: só se pode avançar. Abastecer com qualidade e regularidade exige cuidar da água do início ao fim do ciclo. Não só captar, tratar e distribuir, mas proteger os mananciais concentrando forças para universalizar a coleta, o tratamento e a adequada destinação do esgoto. Esse é o principal desafio que ora se apresenta, e do qual a CORSAN não se desvia.

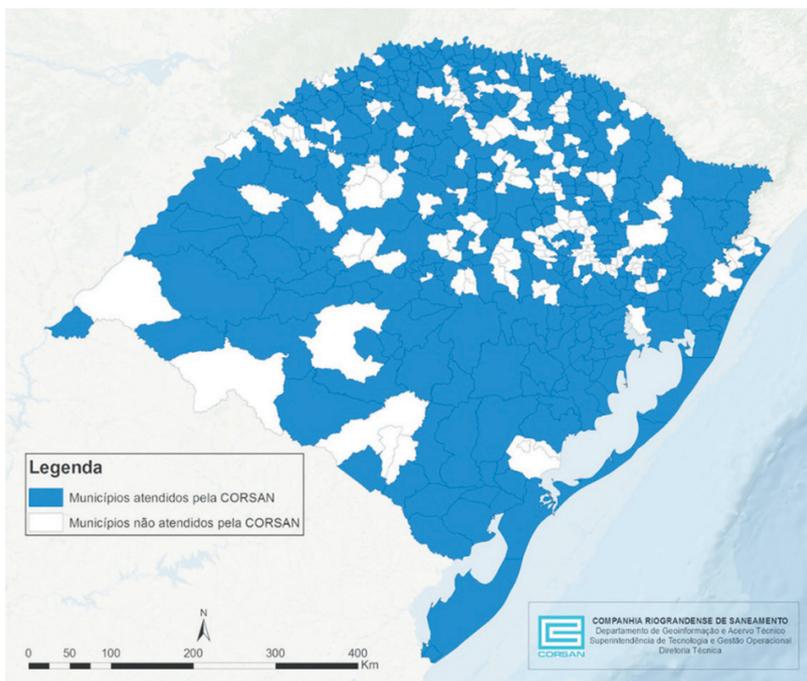
Para conquistar a universalização em esgotamento sanitário, será necessário investir mais de R\$10 bilhões em obras de infraestrutura. Com recursos próprios insuficientes para fazer frente a tamanho volume de investimento, a opção foi o financiamento. A princípio se recorreu ao mercado interno. Todavia, a recessão vivida pelo país e o contingenciamento de verbas por parte do governo federal desaceleraram tanto as novas contratações quanto o desembolso de valores já contratados. Diante desse ambiente econômico desfavorável, foi preciso se lançar em novas direções, tais como a modelagem de uma parceria público-privada e a prospeção de financiamentos junto a instituições de fomento internacionais. Além de diversificar as formas de financiar as obras de maior envergadura, a demanda por universalização estimulou a empresa a explorar com maior vigor alternativas como a Solução Individual e a Solução Mista, cujo foco é utilizar e otimizar infraestruturas já disponíveis.

Conquistar e manter a universalização em água e esgoto é, sem dúvida, o motor primeiro da CORSAN. No entanto, atuar como empresa pública competitiva no setor de saneamento implica desafios que transcendem a expansão e a operação. Cada vez mais é preciso investir na saúde da organização, do ponto de vista do equilíbrio econômico-financeiro, da qualidade dos produtos e processos, da satisfação dos clientes, da interlocução com o poder concedente e os reguladores, e da posição no mercado concorrencial. Nesse enfrentamento, a CORSAN se vale do Planejamento Estratégico como apoiador da tomada de decisão; bem como do desdobramento da estratégia em todos os níveis da empresa. Nesse horizonte, o relatório da administração sintetiza não apenas a estratégia, mas o que dela se concretizou no ano de 2017.

A CORSAN

Criada na década de 1960 com o objetivo de promover a saúde e a qualidade de vida da população, a CORSAN tem como norte preservar os recursos hídricos para assegurar o fornecimento de água potável às comunidades, seja para consumo humano, seja para atividade econômica. A vocação para cuidar da água do início ao fim de seu ciclo sintetiza a atividade fim da Companhia: prestar serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para residências, empresas e órgãos públicos.

Do ponto de vista do regime jurídico, a CORSAN é uma sociedade de economia mista de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades por Ações, cujo acionista controlador é o Estado do Rio Grande do Sul, detentor de 99,99% do capital social. Nesse arranjo institucional, a empresa configura-se como braço estratégico do governo na execução das políticas públicas de saneamento básico, sendo concessionária dos serviços de água e esgoto em 317 dos 497 municípios gaúchos. Embora não detenha concessão na capital, a Companhia mantém contrato com a maioria das cidades da região metropolitana de Porto Alegre, fator que contribui decisivamente para sua posição de protagonista no setor de saneamento do Rio Grande.



Em sua área de abrangência, a Companhia vê plenamente consolidada a universalização no segmento água, superando 96% de Nível de Universalização de Água (NUA) nos últimos anos. Hoje, mais de dois terços da população do estado recebem, em casa, água potável produzida pela CORSAN. A seguir, alguns números representativos do ano de 2017.



Quanto ao segmento esgoto, os atuais 14% de Nível de Universalização de Esgoto conectado (NUE-c) significam que ainda há muito a ser feito, fato que move a Companhia a concentrar e acelerar os investimentos na ampliação da cobertura. Somente em 2017, foram aplicados mais de R\$170 milhões (considerando recursos próprios e de terceiros) em obras por todo o estado, como estações de tratamento e redes coletoras. As 30 mil ligações disponibilizadas por conta desses investimentos permitem que se alinje uma universalização próxima dos 20%. Quanto mais ligações forem efetivadas, mais próximos se tornam o NUE conectado e o NUE disponibilizado, tendência que se espera confirmar com a consolidação da cobrança pela disponibilidade do sistema de esgotamento sanitário. Além disso, passou-se a explorar tecnologias já então inéditas no âmbito da empresa, como a solução individual e a mista. Ainda nesse horizonte de prospeção de soluções para o esgotamento sanitário, a CORSAN voltou-se à Parceria Público-Privada (PPP) como alternativa de universalização para a região metropolitana de Porto Alegre. Tendo em vista que a CORSAN é uma empresa pública não dependente de repasses do Estado, todo o custeio, os investimentos com recursos próprios e a amortização dos financiamentos são suportados pela receita advinda da tarifa. Para viabilizar o equilíbrio tarifário, a política de subsídio cruzado praticada pela Companhia permite não apenas a manutenção do mercado, mas torna possível o atendimento universalizado às diferentes comunidades, principalmente aquelas menos desenvolvidas economicamente.



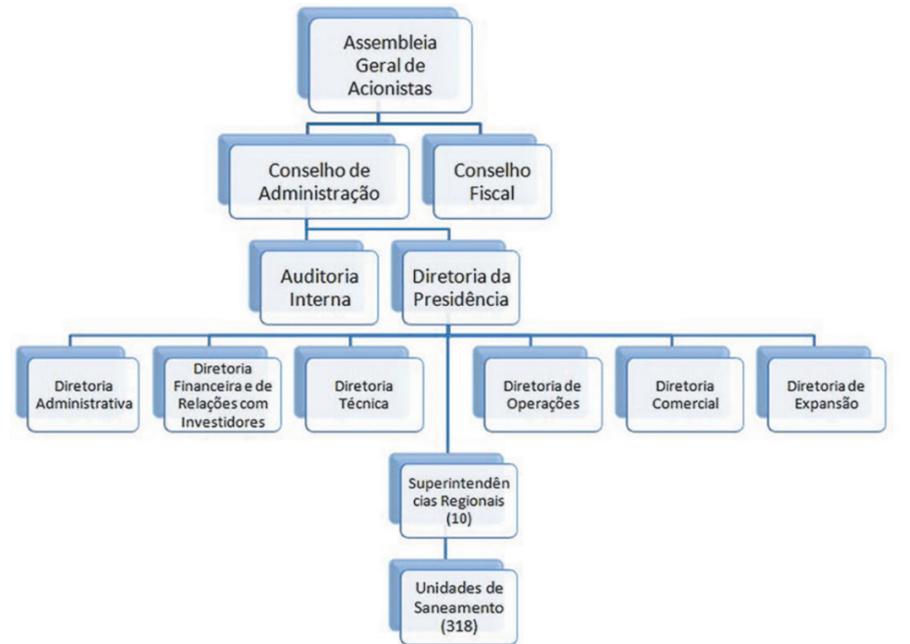
* Em apenas dois municípios o reajuste foi diferenciado: São Borja 5,32% e Erechim 4,10%.

Infraestrutura



Estrutura Organizacional

No que se refere à estrutura organizacional da CORSAN, cabe ao Conselho de Administração orientar os atos de gestão da Diretoria Executiva, proteger o patrimônio da Companhia e promover a realização do objeto social. O Conselho é um órgão de deliberação colegiada, com membros eleitos em Assembleia Geral de Acionistas para representarem o acionista majoritário e os minoritários. Diretamente vinculada ao Conselho de Administração, encontra-se a Auditoria Interna. Em paralelo ao Conselho de Administração, encontra-se o Conselho Fiscal. A responsabilidade de gerir os negócios da Companhia, em sintonia com a visão, missão, valores e objetivos estratégicos, cabe à Diretoria Colegiada, composta pela Diretoria da Presidência e demais diretorias: Diretoria Administrativa, Diretoria Comercial, Diretoria de Expansão, Diretoria de Operações, Diretoria Financeira e de Relações com os Investidores, e Diretoria Técnica. Hierarquicamente vinculada à Diretoria da Presidência, mas em interface com as demais diretorias, dez Superintendências Regionais promovem a aproximação entre a gestão dos serviços prestados e os municípios atendidos. A empresa se faz presente nos municípios por meio das Unidades de Saneamento, estruturas locais onde se dá o atendimento presencial aos usuários, bem como a execução de rotinas comerciais e operacionais.



Governança Corporativa

O modelo de Governança Corporativa adotado pela CORSAN tem como referência as boas práticas estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&F BOVESPA S/A, atendendo aos requisitos da legislação vigente, em especial à Lei nº 13.303/2016 - Lei das Estatais. Trata-se de um conjunto de mecanismos de incentivo e controle para assegurar que as decisões da administração sejam tomadas em linha com o Planejamento Estratégico. Nesse sentido, a estrutura de governança contempla órgãos diretivos e órgãos de controle voltados à compliance, à gestão de riscos e aos controles internos. São princípios da governança a transparência, a equidade, a prestação de contas (accountability) e a responsabilidade corporativa.

Auditoria interna & controles internos, compliance & gestão de riscos

A fim de conferir maior acuidade à Governança Corporativa, em conformidade com a Lei das Estatais, a Companhia adota estruturas autônomas, porém interdependentes, de auditoria interna e de controles internos, compliance e gestão de riscos. No que se refere à auditoria interna, são auditados os atos de gestão das diretorias e respectivas unidades organizacionais, bem como da Fundação CORSAN. No âmbito dos controles internos e gestão de riscos, são elaboradas/acompanhadas/revisadas as políticas e estratégias institucionais, com foco na proposição de medidas corretivas à Diretoria Colegiada e ao Conselho de Administração, ante eventuais deficiências detectadas nos processos da empresa.

DESAFIOS DO MERCADO

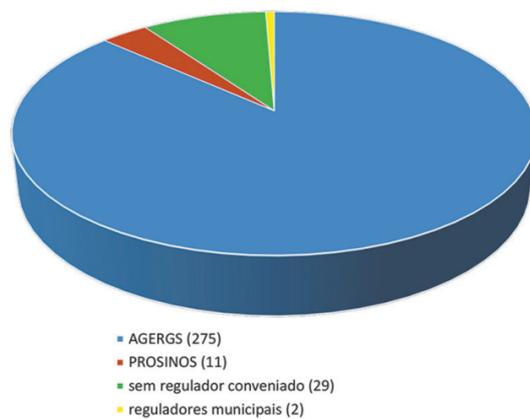
Regulação

No Brasil, o setor de saneamento básico está concentrado principalmente em operadores públicos. No Rio Grande do Sul, o panorama não é diferente: a CORSAN presta serviços a mais de dois terços da população do estado.

Apesar de estar inserida em um mercado que opera em regime de concessão pública, a CORSAN é avaliada por esse mercado no que tange à capacidade de operação e à qualidade da prestação dos serviços às comunidades. Os municípios, no papel de poder concedente, estipulam o caráter especial dos contratos e da respectiva prorrogação, as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão, os direitos dos usuários, a política tarifária e a obrigação de manter serviços adequados. Tais condições são estabelecidas sob a forma não só de cláusulas contratuais, mas de compromissos de contratos de concessão/programa e de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB).

De acordo com as diretrizes da Lei Federal 11.445/2007 - Lei do Saneamento, cabe ao município delegar a um ente regulador, com independência orçamentária e decisória, a mediação das relações entre a concessionária e os usuários. Os limites dessa regulação alcançam a homologação de tarifas, a definição de padrões de qualidade dos serviços e a arbitragem de conflitos.

ENTES REGULADORES PROPORÇÃO SOBRE O TOTAL DE MUNICÍPIOS



Concorrência

Uma realidade cada vez mais presente no setor de saneamento é a concorrência da iniciativa privada e dos operadores municipais. Nesse horizonte competitivo, destacam-se cidades como Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Pelotas e Porto Alegre, onde a administração municipal é responsável pela prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; além dos municípios de Uruguaiana e São Gabriel, que concederam a operação do saneamento a empresas privadas. Não obstante isso, a CORSAN tem se mostrado preparada para participar de processos concorrenciais abertos a empresas públicas, como o certame promovido pelo município de Santa Cruz do Sul, em que a Companhia obteve a vitória. Apesar da crescente concorrência, a CORSAN é a operadora de maior relevância no contexto estadual, atuando na maioria dos sistemas, apresentando expressiva capacidade de geração de economia em escala, mesmo diante de variados níveis de complexidade de operação em função da heterogeneidade dos aspectos geográficos das regiões.

CERTIFICAÇÕES, PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTOS

As certificações de qualidade atestam a adoção de práticas de gestão baseadas em normas internacionais, evidenciando às partes interessadas um firme alicerce na eficiência, viabilidade técnico-financeira e qualidade de produtos e serviços. A ISO demonstra, portanto, o quanto a CORSAN busca ofertar serviços e produtos de qualidade a seus clientes, sendo percebida como uma empresa de excelência.



ISO 9001: a CORSAN certificou o Sistema de Gestão da Qualidade nas áreas de Operações e de Contabilidade, conforme os requisitos da Norma ISO 9001:2015. O certificado abrange os processos de tratamento de água e esgoto e de manutenção eletromecânica dos municípios de Canoas e Cachoeirinha, além de processos de apoio, como ensaios laboratoriais de água e esgoto, gestão de produtos químicos, fabricação de sulfato de alumínio e gestão contábil.

ISO-IEC 17025: a Companhia acreditou seu Laboratório Central de Esgoto na Norma ISO-IEC-17025 e manteve a acreditação no Laboratório Central de Águas garantindo a qualidade dos ensaios realizados para o monitoramento da qualidade dos processos de tratamento de água e esgoto.

ISO 14001: a CORSAN mantém a certificação do seu Sistema de Gestão Ambiental no tratamento de efluentes líquidos do Pólo Petroquímico Sul.



A CORSAN recebeu o Prêmio Responsabilidade Social 2017 na categoria entidades governamentais, instituído pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul no ano 2000, o Prêmio de Responsabilidade Social distingue ações de organizações públicas e privadas que atuam pelo bem estar social e preservação do meio ambiente.

Seis superintendências regionais da CORSAN receberam premiações no Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento - Ciclo PNQS 2017. As premiações integram a categoria "As Melhores em Gestão no Saneamento Ambiental" e são concedidas pelo Comitê Nacional de Qualidade da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes). As regionais Central (Surcen), Fronteira (Surfro), Nordeste (Surne) e Planalto (Surpla) conquistaram o Troféu Quíron Bronze no Nível I. A regional Sinos (Sursin) obteve o Troféu Prata no Nível II. A regional Metropolitana (Surmet), a Placa Finalista Nível II.

A CORSAN subiu 15 posições no anuário Valor 1000, publicado pelo jornal Valor Econômico. Em 2017, a Companhia saltou do 257º para o 242º lugar entre as 1000 maiores empresas do país e conquistou a 6ª colocação na categoria Água e Saneamento. Nesse setor, foi a 2ª em crescimento sustentável, 4ª em giro do ativo, 6ª em cobertura de juros, 6ª em rentabilidade e 6ª em receita líquida. Destacou-se também como a 40ª maior empresa da região Sul.

A CORSAN ocupou posição de destaque na 27ª edição do prêmio 500 Maiores do Sul - Grandes & Líderes, promovido pela Revista Amanhã. A Companhia é a 13ª maior empresa do Estado, a 2ª colocada no segmento de serviços públicos e a 34ª entre os três estados da região Sul. Produzido com o apoio técnico da PwC, esse é o maior e mais completo ranking regional de empresas do Brasil.

Funcionários das unidades de Cachoeirinha, Santa Rosa e Guaíba destacaram-se pela performance no Campeonato de Operadores, disputado no Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental.

A CORSAN foi homenageada pelo Sindilijas Vale do Jacuí com o Troféu Mercador Princesa do Jacuí 2017, devido ao investimento na restauração do Chateau D'EAU, monumento referência para a cidade de Cachoeira do Sul.

Formação de Embaixadores do Saneamento Básico: realizado no sítio Quinta da Estância, em Viamão, o projeto beneficiou mais de seis mil alunos de escolas públicas de Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Eldorado do Sul, Esteio, Gravataí, Guaíba, Sapucaia do Sul e Viamão. A atividade teve como objetivo sensibilizar os jovens para a importância do saneamento e o papel de cada um na preservação dos recursos hídricos.

Ospa - Série Interior: com patrocínio da CORSAN, a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (Ospa) realizou a série Interior 2017, que levou arte e cultura à população gaúcha com apresentações musicais gratuitas em Cachoeira do Sul, Santo Antônio da Patrulha, Jaguarão, Ijuí, Rio Grande, Osório, Estrela, Campo Bom e Torres.

Porto Verão Alegre: o apoio financeiro da CORSAN oportunizou a inédita ampliação do Porto Verão Alegre para palcos além da capital gaúcha. Por conta dessa iniciativa, o festival promoveu espetáculos teatrais com entrada franca nas cidades de Canoas, Guaíba e Sapiranga.

Expointer: por meio do projeto "Preserve a Água, Tchê", a CORSAN fortaleceu a sua tradicional presença na maior feira a céu aberto da América Latina. A disseminação da educação ambiental foi protagonizada pela personagem Aqualina Pureza Oceânica, estimulando ludicamente o desejo de preservação do meio ambiente em crianças e adultos.

Festival Boas Ideias: o projeto marcou a abertura da Semana Estadual e Interamericana da Água, em Gramado. Foram realizadas diversas atividades voltadas à cultura, sustentabilidade e bem-estar, como aulas de dança e jiu-jitsu, apresentações teatrais e música instrumental.

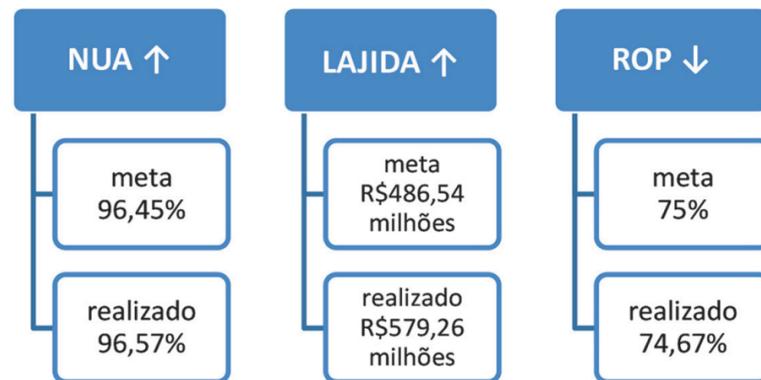
RS Sustentável: no âmbito do projeto, merece destaque a participação da CORSAN no Fórum Água é Vida, que reuniu autoridades e especialistas para debater relevantes temas relacionados à preservação ambiental, ao uso dos recursos hídricos e ao esgotamento sanitário nos municípios de Guaíba e Santa Maria.

CONTROLE SOCIAL

Portal da Transparência: o acesso à informação é um direito pleno da sociedade civil. Como empresa pública, a CORSAN tem o compromisso de divulgar sistematicamente informações atualizadas, e de tornar seus processos cristalinos aos olhos da população. Nesse sentido, e integrada à política de transparência da gestão pública estadual, a Companhia disponibiliza informações sobre gastos e receitas, além de outras informações úteis aos cidadãos, no Portal da Transparência CORSAN, acessível em <http://www.transparencia.corsan.com.br>

Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS: vinculado à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, esse é o maior portal de informações do setor de saneamento do país. A CORSAN fornece anualmente ao SNIS dados de caráter operacional, gerencial, financeiro e de qualidade relativos aos serviços de água e esgoto. As informações prestadas são públicas e acessíveis em <http://www.snis.gov.br/>.

Acordo de Resultados: trata-se do principal instrumento utilizado pelo Governo do Estado para estabelecer e monitorar os compromissos dos órgãos de governo, representados por ações planejadas, indicadores e metas a serem cumpridos anualmente. Em 2017, a CORSAN foi avaliada por um conjunto de 11 indicadores, cujo monitoramento deu-se em ciclos bimestrais, totalizando cinco ciclos no ano. Merece destaque o desempenho da empresa do ponto de vista da universalização dos serviços e da saúde econômico-financeira.



* NUA (Nível de Universalização em Água).
 * LAJIDA (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) - desconsiderou-se a margem de construção, conforme definido no Acordo de Resultados. Nas demonstrações financeiras consta o LAJIDA de R\$ 583.757 (com margem de construção).
 * ROP (Razão Operacional) - foi desconsiderada a margem de construção.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Gestão Eletrônica de Documentos (GED): integração dos mais de 600 roteiros de teleatendimento na ferramenta SeSuite, cuja principal vantagem é o controle de versionamento dos documentos, possibilitando que todos os usuários tenham acesso ao conteúdo atualizado e homologado pelas áreas afins.

REALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA NA DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL

Trabalho Técnico Social: o Trabalho Técnico Social (TTS) atua nas áreas beneficiadas por obras de implantação e ampliação de SAA e SES nas fases: antes da obra (diagnóstico socioterritorial: para conhecer a população), durante a obra (acompanhamento de obras: para informar a população do andamento e importância da obra para a saúde e meio ambiente) e depois da obra (efetivação das ligações: para conscientizar a população dos benefícios proporcionados pelos investimentos). Números do TTS em 2017: 13 mil visitas domiciliares realizadas em mais de 30 municípios distribuídos pelas regiões do estado.

Em parceria com as prefeituras do entorno do Polo Petroquímico e com o Comitê de Fomento Industrial do Polo (COFIP), foi possível sensibilizar cerca de 3.000 estudantes para as questões ambientais. Em palestras no Polo Petroquímico, o público chegou a 500 profissionais. No que se refere a visitas técnicas às instalações da CORSAN, houve participação de aproximadamente 1.150 pessoas oriundas de Universidades, escolas técnicas e empresas.

Licenciamento Ambiental: quanto a novos sistemas (SES - sistemas de esgotamento sanitário e SAA - sistemas de abastecimento de água), a Companhia atuou com êxito nos processos de Licenciamento Ambiental, obtendo mais de 50 licenças entre Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO). Também participou de forma decisiva no grupo técnico que discutiu e propôs a redação da Resolução CONSEMA nº 35/2017, a qual definiu novos padrões de lançamento de efluentes no Estado, inclusive do esgotamento sanitário, viabilizando a emissão de várias licenças de projetos e obras. No que se refere aos sistemas em operação, foram realizadas ações para garantir a regularidade ambiental de operação dos sistemas da empresa. Além disso, destaca-se a elaboração do manual de procedimentos para alteração de responsabilidade e/ou regularização ambiental de sistemas de esgotamento sanitário com ETE recebidos de terceiros.

Recursos Hídricos: a CORSAN vem desenvolvendo ações em conjunto com outros entes do estado, destacando-se ações institucionais junto à Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) com relação à previsão do tempo, auxiliando a Companhia a se precaver em casos de estiagens; ações de articulação para que as legislações que disciplinam a conduta do abastecimento contemplem sendo de responsabilidade do estado. Uma vez que grande parte do abastecimento se dá por meio de águas subterrâneas, foi realizado projeto de aquisição de aparelhos de perfilação ótica, propiciando a gestão dos poços mais ajustada do ponto de vista técnico e econômico.

REALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA NA DIMENSÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Plano de Investimentos

Plano de Investimentos Plurianual (em milhares de reais)									
Fonte/Período	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Contrapartida	97.315	102.841	124.607	79.060	73.555	10.831	6.248	8.159	502.617
Financiado	231.655	505.638	533.342	346.659	227.807	60.070	51.926	38.024	1.995.122
Próprio	191.229	160.055	119.140	14.160	11.381	-	-	-	495.963
Repasse	34.792	111.294	107.531	73.421	88.949	64.716	57.667	45.323	583.694
Total	554.991	879.828	884.620	513.300	401.691	135.618	115.841	91.507	3.577.396

Fonte: AGE PCP/PLP

No quadro anterior, não estão computadas parcelas a serem pagas a título de contraprestação de investimento na modalidade PPP.

Captação de Recursos

Sem abdicar de manter o já conquistado índice de universalização em água, o plano de expansão da CORSAN concentra esforços na universalização em esgotamento sanitário, tarefa esta que demanda investimentos na ordem de R\$10,8 bilhões. Diante dos desafios em ambos os segmentos, além dos recursos já disponíveis, foram intensificados os esforços na obtenção de novos financiamentos:

- Programa de Aceleração do Crescimento - PAC:** recursos federais (OGU, FAT e FGTS) destinados à implantação, ampliação e melhorias nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, estudos e projetos em água e esgoto, além de modernização operacional. A captação dos recursos iniciou-se em 2007, com o PAC1, e estendeu-se até 2014, com o PAC2 4ª Seleção.
- Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL - FOCEM:** recursos internacionais na ordem de US\$ 2,5 milhões, destinados ao sistema de esgotamento sanitário do município de Açuquá.
- Programa de Despoluição de Baías Hidrográficas - PRODES:** recursos federais destinados ao sistema de esgotamento sanitário do município de Erechim.

Novos recursos contratados em dezembro de 2017:

- Instrução Normativa 14:** recursos federais (FGTS) destinados à ampliação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em diversos municípios, no montante de R\$ 222 milhões, que irão beneficiar mais de 600 mil habitantes.

Pleitos de recursos em andamento:

- Debêntures:** recursos federais destinados à ampliação de sistemas de esgotamento sanitário em diversos municípios, à telemetria e à renovação do parque de hidrômetros.
- Avançar Cidades:** recursos federais (FGTS/FAT) destinados à ampliação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como de controle de perdas de água, em diversos municípios.
- Banco de Desenvolvimento da América Latina - CAF:** recursos internacionais destinados à ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário de Gramado e Canela.
- Programa de Melhoramento dos Serviços de Saneamento do Estado do Rio Grande do Sul - PROSASUL:** pleito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, estruturado em três componentes: abastecimento de água, modernização operacional e fortalecimento institucional. O componente abastecimento de água apoia ampliação do Sistema Integrado Canoas-Esteio-Sapucaia (SICES), Sistema Integrado Gravatal-Cachoeirinha (SIGRAC), do Sistema Integrado Alvorada-Viamão (SIAV), do Sistema Serra (Bento Gonçalves, Farroupilha, Garibaldi, Carlos Barbosa), e dos sistemas dos municípios de Passo Fundo e de Santa Cruz do Sul. O componente modernização operacional apoia intervenções em redução de perdas de água, recuperação do parque de hidrômetros e eficiência energética. O componente fortalecimento institucional apoia a construção do Plano de Segurança da Água e a estruturação para regulação.

Investimentos realizados (milhares de R\$)

SEGMENTO	INVESTIMENTO
Sistema Água	143.529
Sistema Esgoto	170.882
Bens Uso Geral	40.917
Total Investimento	355.328

Fonte: Departamento de Bens, Direitos e Obrigações/Superintendência de Contabilidade

Receita Operacional Bruta Direta (água e esgoto)

A receita direta oriunda dos serviços de abastecimento de água representou 93,86% da receita operacional bruta de 2017; enquanto o esgotamento sanitário foi responsável por 6,14% da receita operacional. Comparando essa proporção à receita de 2016 (94,03% em água e 5,97% em esgoto), evidencia-se um leve incremento na participação da receita de esgotamento sanitário no total da receita operacional bruta direta.



Lucro Líquido do Exercício

Comparando-se os últimos dois anos, o lucro líquido do exercício de 2017 apresentou variação positiva de 84,09% em relação a 2016.



Endividamento Líquido - em milhares de R\$

	2016	2017
Endividamento de curto prazo	97.910	115.655
Endividamento de longo prazo	502.948	511.217
Total	600.858	626.872
Disponibilidades	43.669	79.703
Endividamento Líquido	557.189	547.169
Endividamento Líquido (Endividamento Líquido/Patrimônio Líquido)	29,19%	27,17%

Composição do LAJIDA (EBITDA) - em milhares de R\$

	2016	2017
Lucro Antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	254.784	505.919
(+) Despesas Financeiras	75.536	75.870
(-) Receitas Financeiras	(119.633)	(116.330)
(+) Depreciações e Amortizações	105.443	118.298
LAJIDA	316.130	583.757
Margem Líquida (Lajida/Receita Operacional Líquida)	13,39%	22,76%

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, os serviços de auditoria independente foram contratados junto à empresa Audilink e Cia. Auditores, cujo contrato foi renovado por mais doze meses. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor. Cumpre registrar que os auditores externos realizaram serviços exclusivamente relacionados à auditoria das demonstrações financeiras.

AGRADECIMENTOS

A CORSAN agradece aos acionistas, ao Governo do Estado, à Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação - SOP, aos clientes, aos empregados, aos fornecedores, aos entes reguladores e fiscalizadores, às instituições financeiras e às entidades de classe pela excelência nos relacionamentos, a qual tornou possíveis os êxitos obtidos no exercício 2017.

Porto Alegre, 12 de março de 2018.

Administração da CORSAN

BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE		602.429	564.378
Caixa e equivalentes de caixa	5	24.470	30.586
Aplicações financeiras	5	55.233	13.083
Contas a receber de clientes	6	326.980	299.631
Estoques	7	76.457	95.115
Depósitos judiciais	20	109.135	108.686
Impostos a recuperar	2	2.646	10.263
Outros créditos	9	7.508	7.014
NÃO CIRCULANTE		4.183.301	3.706.916
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.234.608	987.795
Contas a receber de clientes	6	3.409	4.499
Depósitos judiciais	20	218.494	163.556
Aplicações financeiras	5	59.968	55.343
Aplicações no caixa único do estado	23.a	3.823	157
Ativos financeiros - contratos de concessão	10	458.612	402.336
Créditos fiscais diferidos	8.a	403.498	284.409
Depósitos em garantia	15	3.341	3.109
Indenização por desapropriação		76.605	67.505
Outros créditos	9	6.858	6.881
INVESTIMENTOS		923	923
Imobilizado	11	104.196	92.400
INTANGÍVEL		2.843.574	2.625.798
TOTAL DO ATIVO		4.785.730	4.271.294

PASSIVO

CIRCULANTE	Nota	2017	2016
CIRCULANTE		754.557	691.031
Empréstimos e financiamentos	14	56.793	53.164
Debêntures	15	9.146	9.089
Fornecedores	16	118.284	126.344
Impostos e contribuições		49.184	82.170
Parcelamentos de impostos e contribuições	17	13.260	-
Dívidas com Fundação CORSAN	23.b	36.456	35.657
Ordenados, férias e encargos a pagar		69.888	67.589
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	117.882	104.310
Participação nos resultados		31.051	31.994
Dividendos e juros sobre o capital próprio	23.a	241.196	169.362
Outros débitos	18	11.417	11.352
NÃO CIRCULANTE		2.017.173	1.671.356
Empréstimos e financiamentos	14	386.995	402.527
Debêntures	15	22.644	31.092
Fornecedores	16	136	-
Parcelamentos de impostos e contribuições	17	53.039	-
Dívidas com Fundação CORSAN	23.b	48.539	69.329
Contratos de repasse	19	9.232	9.232
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	560.216	445.574
Provisão para benefício pós-emprego	21	928.411	700.506
Débitos fiscais diferidos	8.b	7.961	13.096
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.982.089	1.889.577
Capital social	22.a	939.148	939.148
Reservas de capital		17.148	17.148
Reservas de lucros	22.e	1.035.607	785.418
Outros resultados abrangentes		(9.814)	147.863
Adiantamento para futuro aumento de capital	22.f	31.911	19.330
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		2.014.000	1.908.907
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.785.730	4.271.294

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016
Receitas	2.821.739	2.561.333
Vendas de mercadorias e serviços	2.551.384	2.311.821
Receitas de construção	232.328	205.191
Provisão para devedores duvidosos	4.294	4.441
Outras receitas	33.733	39.880
Insumos adquiridos de terceiros	(904.303)	(886.251)
Custos dos serviços	(773.300)	(709.678)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(136.238)	(135.590)
Outros	5.235	(60.985)
Valor adicionado bruto	1.917.436	1.675.082
Depreciação e amortização	(118.298)	(105.443)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.799.138	1.569.639
Valor adicionado recebido em transferência	128.822	131.475
Receitas financeiras	116.330	119.633
Doações e subvenções	12.492	11.842
Valor adicionado total a distribuir	1.927.960	1.701.114
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	952.716	1.013.606
Remuneração	640.815	582.101
FGTS	31.849	31.531
Benefícios	232.421	217.349
Fundo de previdência	47.631	182.625
Impostos, taxas e contribuições	488.761	379.763
Federal	473.707	365.049
Estadual	13.045	11.607
Municipal	2.009	3.107
Remuneração de capitais de terceiros	103.805	99.873
Despesas financeiras	75.870	75.536
Alugueis	27.935	24.337
Remuneração de capitais próprios	382.678	207.872
Juros sobre o capital próprio	123.974	111.821
Dividendos	10.270	-
Lucros retidos	248.434	96.051
Total do valor adicionado distribuído	1.927.960	1.701.114

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		382.678	207.872
Outros resultados abrangentes		(157.677)	128.588
Realização da reserva de reavaliação		(1.755)	(1.914)
Gainho (perda) atuarial - Fundação CORSAN	21	(236.246)	197.731
Imposto de renda e contribuição social diferidos		80.324	(67.229)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		225.001	336.460

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	505.919	254.784
Ajustes para reconciliação:		
Depreciação e amortização	118.298	105.443
Baixa de imobilizado e intangível	285	1.941
Provisão para devedores duvidosos	(4.293)	(4.441)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	99.406	73.472
Provisão para benefício pós-emprego	(8.342)	141.102
Juros e variações monetárias	88.365	48.900
Rendimento sobre aplicações financeiras de curto prazo	(7.184)	(8.657)
Ajuste a valor presente sobre clientes	461	(204)
Ajuste a valor presente sobre ativos financeiros	(42.454)	(36.706)
Margem na construção de obras - contratos de concessão	(4.491)	(4.182)
Provisão para tributos diferidos (COFINS/PASEP)	(5.135)	(681)
Lucro líquido ajustado	740.825	570.771
Variações nos ativos e passivos		
Variações nos ativos:		
Aumento de contas a receber de clientes	(22.427)	(22.659)
Redução (aumento) de estoques	18.658	(35.400)
Aumento de depósitos judiciais	(55.387)	(50.402)
Aumento (redução) de rendimentos SIAC	(3.666)	572
Aumento de indenização por desapropriação	(9.100)	(338)



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID foi contratado com a finalidade de recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba. Os financiamentos com a Prefeitura Municipal de Encantado, com a Prefeitura Municipal de Osório e com a Prefeitura Municipal de Torres foram contratados junto à Caixa Econômica Federal visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios. Os demais empréstimos e financiamentos foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgoto e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da receita da CORSAN, até o limite do saldo devedor de cada contrato na data dos balanços.

Determinados contratos mantidos com o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) possuem cláusulas financeiras que estabelecem metas de desempenho econômico-financeiro, que se cumpridas possibilitam a Companhia uma redução em sua taxa de juros contratual. Os juros sobre estes empréstimos são apropriados considerando os impactos decorrentes da aplicação de tais cláusulas.

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Ano	Valor
2019	48.990
2020	49.457
2021	37.942
2022	38.532
2023	31.422
Após 2023	180.652
Total	386.995

15. DEBÊNTURES

Em 2 de dezembro de 2010 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a emissão Privada de Debêntures Simples, conforme contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES e BNDES Participações S.A. - BNDESPAR. Foram emitidas 93 debêntures no valor total de R\$57.509, em 03 séries, sendo emitidas 28 debêntures na primeira série, 30 debêntures na segunda série e 35 debêntures na terceira série.

Em 31 de dezembro de 2017 os recursos da primeira, segunda e terceira emissão foram captados, conforme segue: Primeira emissão: são 28 (vinte e oito) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de abril de 2012, com 3 anos de carência do principal e vencimentos em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais, sendo que a última parcela será liquidada em 16 de maio de 2022.

Segunda emissão: são 30 (trinta) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 25 de março de 2013, com 37 (trinta e sete) meses de carência do principal e vencimentos de 7 (sete) parcelas anuais, sendo que a última parcela será liquidada em 25 de abril de 2023.

Terceira emissão: são 35 (trinta e cinco) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de dezembro de 2014, com 36 (trinta e seis) meses de carência do principal e vencimentos em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais, sendo que a última parcela será liquidada em 15 de janeiro de 2024.

Indexador	Taxa de juros anual	Circulante		Não circulante		
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
1ª Emissão	TJLP	1,92%	2.108	2.116	5.129	7.366
2ª Emissão	IPCA	1,92%	4.085	4.042	11.422	14.805
3ª Emissão	TJLP	1,92%	2.953	2.931	6.093	8.921
Total			9.146	9.089	22.644	31.092

De acordo com a cláusula 7ª do contrato nº 10.2.1772.2, a emitente se obriga a constituir e manter, durante toda a vigência do contrato de promessa de subscrição e da escritura, uma aplicação vinculada com saldo não inferior a R\$2.220. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo dessa aplicação financeira é de R\$3.341 (R\$3.109 em 31 de dezembro de 2016).

A escritura inclui uma cláusula de "Obrigações Especiais da Emitente", com a obrigação de manter, durante a vigência das debêntures até o seu vencimento final, os seguintes índices, apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras completas anuais.

Índices	Metas
Endividamento líquido total/EBTIDA	Igual ou inferior a 2,1
Índice de cobertura do serviço da dívida total	Igual ou superior a 1,9
Investimentos/Receita líquida	Igual ou inferior a 26%

Em 31 de dezembro de 2017 os índices foram integralmente atendidos.

16. FORNECEDORES

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores de materiais e serviços	118.284	126.344
Parcelamento - RGE	136	-
Total	118.420	126.344
Circulante	118.284	126.344
Não circulante	136	-

17. PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Imposto ou contribuição	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
COFINS	Selic	04/2022	6.540	-	26.161	-
PASEP	Selic	04/2022	1.420	-	5.680	-
Contribuição Social	Selic	04/2022	679	-	2.716	-
Imposto de Renda	Selic	04/2022	4.621	-	18.482	-
Total			13.260	-	53.039	-

18. OUTROS DÉBITOS

	31/12/2017	31/12/2016
Consignações a recolher	5.612	5.920
Depósitos e retenções contratuais	4.255	4.696
Convênio SESI	357	121
Outras contas a pagar	1.193	615
Total	11.417	11.352

19. CONTRATOS DE REPASSE

a) Orçamento Geral do Estado - OGE

Foi assinado contrato de repasse do Orçamento Geral do Estado - OGE, entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento - SDPI, representado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul, e a CORSAN, que tem por finalidade a implantação de sistema de abastecimento de água do Distrito Industrial de Guaíba. A CORSAN, na qualidade de executora, recebeu os recursos financeiros para execução das obras e garantiu a contrapartida do contrato. Os valores foram transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação, e montam R\$4.090 em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016. Historicamente estes valores são capitalizados por determinação do Acionista Controlador.

b) Agência Nacional das Águas - ANA

Foi assinado contrato 092/ANA/2014 - PRODES entre a Agência Nacional das Águas - ANA e a Companhia, que tem por finalidade a transferência de recursos a título de compra de esgoto tratado no município de Erechim. Os valores são transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação, e montam R\$5.142 em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

20. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As provisões para riscos fiscais, fiscais e trabalhistas consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável e foram contabilizadas conforme a expectativa de perda "provável", com base na opinião dos Administradores e da Superintendência Jurídica da Companhia.

A provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas é composta como segue:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Trabalhista	Cível e fiscal	Trabalhista	Cível e fiscal
Saldo inicial	431.369	118.515	353.676	76.588
Adições	218.686	8.712	211.048	52.454
Saques/reversões	(121.087)	(6.906)	(148.344)	(12.973)
Despesa financeira	24.362	4.447	14.989	2.446
Saldo final	553.330	124.768	431.369	118.515
Total	678.098	678.098	549.884	549.884
Circulante	117.882	-	104.310	-
Não circulante	560.216	124.768	431.369	118.515

Os depósitos judiciais efetuados em conexão com as provisões podem ser assim representados:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Trabalhista	Cível e fiscal	Trabalhista	Cível e fiscal
Saldo inicial	272.242	-	221.840	-
Adições	232.693	-	217.410	-
Saques/reversões	(177.306)	-	(167.008)	-
Saldo final	327.629	327.629	272.242	272.242
Circulante	109.135	-	108.686	-
Não circulante	218.494	327.629	163.556	272.242

As principais contingências provisionadas são:

Ações trabalhistas

a) Processo 01292.001/86-0 SINDIÁGUA - A origem do processo decorreu da implantação do Plano Cruzado em 1986, quando houve uma redução nominal dos salários pagos pela Companhia, na ordem de aproximadamente 11%, em virtude do imperativo legal que implantou o plano. O Sindicato entrou com uma ação, como substituto processual tendo obtido ganho de causa. Foi realizado um acordo parcial em 1989, onde os valores foram recompostos na folha de pagamento e os atrasados tiveram um acordo parcial, onde foram pagos os valores incontroversos. Para os valores controversos a Companhia continua discutindo judicialmente. Essa provisão totaliza, em 31 de dezembro de 2017, R\$71.236 (R\$66.577 em 31 de dezembro de 2016).

b) Outras reclamatórias trabalhistas - Estas se referem a reclamatórias movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 2.269 ações. Em 31 de dezembro de 2017 a provisão referente a outras reclamatórias trabalhistas totaliza R\$482.094 (R\$364.792 em 31 de dezembro de 2016).

c) Dentre as ações trabalhistas, existem aquelas com prognósticos de perdas possíveis para as quais a Companhia não constituiu provisão, no valor de R\$264.788 em 31 de dezembro de 2017 (R\$217.395 em 31 de dezembro de 2016).

Ações cíveis e fiscais

a) Ação ENC Empreiteira de Obras Ltda. (e como solidária Andrade Gutierrez) - No primeiro trimestre de 2013 a Companhia recebeu uma notificação nº 026/1.06.0003391-7 referente a processo movido pela Empreiteira de Obras Ltda. contra a CORSAN e Construtora Andrade Gutierrez S/A, na qual a demandada buscou a condenação da Construtora Andrade Gutierrez S/A ao pagamento de quantia atinente ao desequilíbrio econômico financeiro do contrato de subempreitada firmado pelas mesmas para a execução da obra de construção do projeto denominado Lago Dourado. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$4.668 (R\$4.668 em 31 de dezembro de 2016).

b) Em 29 de agosto de 2012 a CORSAN recebeu o Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, no total de R\$4.648 a título de IRPJ e CSLL sobre exclusões indevidas do lucro líquido, de valores contabilizados devidos à Fundação CORSAN, processo nº 11080730926/2012-49. A Companhia protocolou Processo Administrativo de Impugnação, o qual ainda não foi julgado. A Companhia possui provisão para a totalidade do valor questionado, a qual totaliza R\$5.890 em 31 de dezembro de 2017 (R\$5.890 em 31 de dezembro de 2016).

c) Outras reclamatórias - As ações referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Num segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações cominatórias, ações populares, entre outras. As ações fiscais referem-se, principalmente, à cobrança do uso do solo e de ISSQN por parte dos municípios. Ao todo a Companhia é parte em 2.101 ações para as quais está provisionado em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$114.210 (R\$107.957 em 31 de dezembro de 2016).

d) A Companhia, também, é demandada judicialmente em ações cíveis e fiscais para as quais não foram constituídas provisões, por terem prognósticos de perdas possíveis, no valor de R\$215.056 em 31 de dezembro de 2017 (R\$170.410 em 31 de dezembro de 2016).

21. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

	31/12/2017	31/12/2016
Plano de benefício definido	612.677	361.145
Sistema de assistência IPE-SAÚDE	73.634	72.871
Incentivo à demissão voluntária	242.100	266.490
Total	928.411	700.506

Contribuição esperada para a patrocinadora

	2018	2017
Plano de benefício definido	115.283	47.090
Sistema de assistência IPE-SAÚDE	2.446	2.346
Incentivo à demissão voluntária	52.718	66.350
Total	170.447	115.786

a) Plano de aposentadoria

O plano de benefícios "BD n° 001", é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela Fundação CORSAN, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora CORSAN, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre os quais incidirão contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto Fundação CORSAN).

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual. Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto Fundação CORSAN, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo indexador atuarial do plano (INPC).

Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes a apuração do passivo (ativo):

Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos

	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações atuariais	2.289.511	1.779.259
Valor justo dos ativos do plano	(1.591.839)	(1.313.128)
Passivo (ativo) atuarial líquido total reconhecido	697.672	466.131
Contratos de débitos do empregador com o plano (nota 23.b)	(84.995)	(104.986)
Passivo atuarial provisionado	612.677	361.145

A Companhia possui contratos de reconhecimento de débitos para com o plano de benefício definido da patrocinadora Fundação CORSAN no valor de R\$84.995 em 31 de dezembro de 2017 (R\$104.986 em 31 de dezembro de 2016).

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2017 e 2016 foi a seguinte:

Movimentação do passivo (ativo) atuarial

	2017	2016
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do ano	466.131	158.085
Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	63.137	116.679
Contribuições do empregador vertidas no ano	(83.577)	(79.056)
Outros resultados abrangentes	251.981	270.423
Passivo (ativo) atuarial líquido no final do ano	697.672	466.131

A origem da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2017, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2018 são explicadas no quadro a seguir:

	2018	2017
Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	46.029	32.416
Contribuições esperadas	(115.283)	(54.548)
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	210.879	225.719
Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	(149.677)	(140.450)
Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	(8.052)	63.137

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	2017	2016
Valor das obrigações atuariais no início do ano	1.779.259	1.441.419
Custo do serviço corrente bruto	32.416	21.706
Juros sobre obrigação atuarial	225.719	193.246
Benefícios pagos no ano	(83.210)	(141.552)
(Ganhos) perdas atuariais	335.327	428.859
Valor das obrigações atuariais no final do ano	2.289.511	1.943.678

Evolução do valor justo dos ativos

	2017	2016
Valor justo dos ativos no início do ano	1.313.128	1.196.328
Benefícios pagos durante o exercício	(83.210)	(141.552)
Contribuições de participantes vertidas durante o exercício	54.548	54.785
Contribuições de empregador vertidas durante o exercício	83.577	79.056
Rendimento esperado dos ativos no ano	140.450	43.488
(Ganhos) perdas atuariais	83.346	81.023
Valor justo dos ativos no fim do ano	1.591.839	1.313.128

b) Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE

A cobertura relativa ao Sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no "Termo de Contrato de Prestação de Serviços" celebrado entre a patrocinadora CORSAN e o IPE - Instituto de Previdência do Estado do RS.

A contrapartida financeira mensal da Companhia para o IPE-SAÚDE corresponde a 10,44% incidente sobre o salário de contribuição dos servidores vinculados à CORSAN. Pelo acordo coletivo da Companhia, fica garantido que 50% desse mesmo percentual serão extensivos aos servidores que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela Fundação CORSAN.

Seguem resultados da avaliação atuarial referentes a apuração do passivo (ativo) a ser contabilizado:

Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos

	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações atuariais	73.634	72.871
Passivo atuarial provisionado	73.634	72.871

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2017 e 2016 foi a seguinte:

	2017	2016
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do ano	72.871	53.790
Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	9.630	8.180
Contribuições do empregador vertidas no ano	(13.127)	(11.049)
Outros resultados abrangentes	4.260	21.950
Passivo (ativo) atuarial líquido no final do ano	73.634	72.871

A origem da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2017, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2018, são explicadas no quadro a seguir:

	2018	2017
Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	2.283	1.878
Contribuições esperadas	(2.446)	-
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	6.965	7.752
Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	6.802	9.630

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	2017	2016
Valor das obrigações atuariais no início do ano	72.871	53.790
Custo do serviço corrente bruto	1.878	1.306
Juros sobre obrigação atuarial	7.751	6.874
Benefícios pagos no ano	(13.127)	(11.049)
(Ganhos) perdas atuariais	4.261	21.950
Valor das obrigações atuariais no final do ano	73.634	72.871

c) Incentivo à demissão voluntária

A CORSAN mantém um benefício de Incentivo à Demissão Voluntária aos funcionários, conforme estabelecido no Acordo Coletivo Intersindical 2016 - 2017. A referida vantagem permaneceu aberta para novas adesões até 31 de dezembro de 2016. A CORSAN dispõe de um prazo de 30 meses para efetivar o desligamento. Ao final do exercício de 2017 há 174 adesões aguardando efetivo desligamento.

Para recebimento do benefício, o participante deve cumprir os seguintes requisitos, cumulativamente:

c.1) Indenização de pagamento único

- Aderir ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2016;
- Ter 54 anos de idade completos ou mais;
- Possuir mais de 20 anos de vínculo empregatício com a CORSAN.

O valor da indenização dependerá da idade do empregado na data de adesão ao PDV, não podendo exceder ao teto de R\$296.838 conforme segue:

- 54 anos: 21 remunerações base;
- 55/56 anos: 19 remunerações base;
- 57/58 anos: 17 remunerações base;
- 59 ou mais: 16 remunerações base.

c.2) Indenização mensal

- 54 anos: 21 remunerações base;
 - Ter concedida aposentadoria pela Previdência Social;
 - Estar vinculado a Fundação CORSAN, há pelo menos 5 anos, de forma que venha a cumprir o período de carência de 10 anos nos próximos 60 meses;
 - Estar desligado da CORSAN.
- A Indenização mensal é limitada em até 62 meses ou no momento em que os empregados completam as carências junto da Fundação CORSAN, o que ocorrer primeiro.

Seguem resultados da avaliação atuarial referentes a apuração do passivo(ativo) a ser contabilizado:

	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações atuariais	242.100	266.490
Passivo (ativo) atuarial provisionado	242.100	266.490

Para fins de registro contábil da CORSAN, a movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2017 e 2016 foi a seguinte:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, fornecedores e outros exigíveis, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo.

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos	14	443.788	455.691
Parcelamento de impostos e contribuições	17	66.299	-
Debêntures	15	31.790	40.181
Fornecedores	16	118.420	126.344
Dívida Fundação CORSAN	23.b	84.995	104.986
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(24.470)	(30.586)
(-) Aplicações financeiras	5	(115.201)	(68.426)
Dívida líquida		605.621	628.190
Patrimônio e adiantamentos		2.014.000	1.908.907
Capital social e dívida líquida		2.619.621	2.537.097
Quociente de alavancagem		23.12%	24,76%

28. MUDANÇAS NOS PASSIVOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

A seguir é apresentada a movimentação das mudanças nos passivos de atividades de financiamento para o exercício de 2017:

	31/12/2016	Fluxo de caixa	Adições	Variações monetárias	Juros	Transferências	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos circulante	53.164	(97.404)	-	217	34.602	66.214	56.793
Debêntures circulante	9.089	(10.772)	-	-	1.747	9.082	9.146
JSCP e dividendos a pagar	169.362	(62.410)	134.244	-	-	-	241.196
Empréstimos e financiamentos não circulante	402.527	47.393	-	3.290	-	(66.215)	386.995
Debêntures não circulante	31.092	-	-	634	-	(9.082)	22.644
Contratos de repasse (FUNASA, ANA)	9.232	-	-	-	-	-	9.232
Adiantamento para futuro aumento de capital	19.330	12.581	-	-	-	-	31.911

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2017.

Flavio Ferreira Presser
Diretor Presidente

Marcus Vinicius Vieira de Almeida
Diretor Administrativo

Jorge Luiz Costa Melo
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Eduardo Barbosa Carvalho
Diretor de Operações

Marcus Vinicius Cabelero
Diretor de Expansão

Luciano Eli Martin
Diretor Comercial

Graziela Bohn Flores
Superintendente de Contabilidade
Contadora CRC/RS nº 070280/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Ilmos. Srs.
Conselheiros, Diretores e Acionistas da
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Porto Alegre - RS

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

• **Seguros**
Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, a Companhia não possui cobertura de seguro em vigência que garanta indenização em caso de eventual sinistro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

• Fundação CORSAN - FUNCORAN

Conforme nota explicativa nº 21 a CORSAN é patrocinadora de um Plano de Benefícios de Entidade Fechada de Previdência Complementar, denominado BD nº 001, administrado atualmente pela Fundação CORSAN, cujas demonstrações financeiras são auditadas por outros auditores independentes. Até a presente data a CORSAN, ainda, não havia recebido o Relatório do Auditor Independente referente às demonstrações financeiras da Fundação, para o exercício de findo em 31 de dezembro de 2017. Não obstante, por se tratar de um plano que reúne benefícios e contribuições definidas, o relatório de atuário responsável aponta situação deficitária e Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário, porém não necessitando, no exercício subsequente, a adoção de qualquer medida para o equacionamento do déficit, o que oneraria a patrocinadora e os beneficiários. Nossa opinião não apresenta modificação em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• Reconhecimento das receitas a faturar

Parte das receitas reconhecidas pela Companhia refere-se a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais ("receitas a faturar"), uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucede ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 72.221 mil em 31 de dezembro de 2017 e está divulgado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras. O cálculo da receita não faturada foi um assunto significativo para a nossa auditoria da Companhia devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da Administração acerca da estimativa de consumo pelos consumidores, a fim de garantir que a receita seja contabilizada na competência correta.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a avaliação dos controles internos implementados pela Companhia para o cálculo da receita não faturada, incluindo a compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração. Utilizamos, também, os nossos especialistas em auditoria de sistemas para testar a integridade e precisão dos dados e relatórios extraídos do sistema de faturamento e que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, além do recálculo destas receitas. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

• Riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

Conforme divulgado na nota explicativa nº 20, a Companhia é parte em diversos processos fiscais, trabalhistas e cíveis, cujo valor agregado totaliza R\$ 479.844 mil em 31 de dezembro de 2017, para os quais não foi constituída provisão para perdas considerando que a sua probabilidade de perda foi avaliada como possível, pelos seus consultores jurídicos. Desse montante, R\$ 215.056 mil se referem a ações de natureza cíveis e fiscais. Focamos nesta área devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido na determinação se uma provisão deve ser constituída, sua estimativa de valor e a probabilidade de desembolso financeiro, bem como pela complexidade dos assuntos e do ambiente tributário no Brasil. Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a utilização de especialistas para auxiliar na avaliação das opiniões legais obtidas pela Companhia, bem como na realização de reuniões periódicas com a Administração e revisão das atas do Conselho de Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto. Também obtivemos cartas de confirmação dos consultores jurídicos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições consideradas pela Administração. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esses assuntos que estão mencionados nas notas explicativas nºs 2.11 e 20 às demonstrações financeiras e, especificamente sobre as contingências mais significativas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Avaliamos as premissas e os julgamentos feitos pela administração para a mensuração dessas contingências, considerando os critérios e a política contábil de reconhecimento desses riscos adotados pela Companhia. Também obtivemos entendimento da metodologia de provisionamento e questionamos premissas utilizando o conhecimento e experiência de nossos especialistas. Além disso, obtivemos confirmações formais de advogados da Companhia quando apropriado. Consideramos também a adequação das divulgações (notas explicativas nºs "2.11 e 20"), feitas em relação às provisões e contingências dos riscos trabalhistas, cíveis e fiscais.

• Ativo financeiro e intangível - Infraestrutura da concessão

Conforme divulgado nas notas explicativas nºs 10 e 12 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui registrado como ativo financeiro e intangível da concessão os montantes de R\$ 458.612 mil e R\$ 2.843.574 mil, respectivamente, que representam a infraestrutura da concessão. O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia aos consumidores finais, nos termos dos Contratos de Concessão. As definições de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura é passível de julgamento por parte da Administração. Durante o ano de 2017, a Companhia reconhecemos em seu ativo investimentos na infraestrutura da concessão o montante de R\$ 318.567 mil. Adicionalmente, a determinação dos gastos que se qualificam como investimento na infraestrutura da concessão também impacta diretamente a avaliação do ativo financeiro da concessão, que representa a parcela dos investimentos efetuados pela Companhia e que não serão completamente amortizados ao final do prazo de concessão, e serão indenizados pelo poder concedente. Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, além da magnitude dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação dos controles internos implementados pela Companhia sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo os custos, as políticas estabelecidas pela Administração para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes. Avaliamos também os valores do ativo financeiro registrados pela Companhia com critérios estabelecidos pelas normas contábeis vigentes. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

• Redução ao valor recuperável – Impairment

De acordo com a nota explicativa nº 2.21 os ativos financeiros e não financeiros foram revistos na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Nos estudos elaborados pela Companhia não foi identificado qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável desses ativos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Avaliamos as bases de dados e projeções feitas pela Administração, relativas à geração futura de caixa, previsto no CPC 01 (R1), ressaltando que modelos de projeção estão sempre sujeitos à crítica e à avaliação e que seus resultados refletem opções metodológicas de modelagem. De acordo com os estudos apresentados e o conhecimento de nossos especialistas, obtivemos entendimento de que a metodologia utilizada está adequada às atividades da Companhia.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, abaixo firmados, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinaram o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras comparativas, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Resultado Abrangente, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Parecer dos Auditores Independentes relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2017, e Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício. Foi verificada que a proposta do dividendo total relativo ao exercício de 2017, que está sendo encaminhada pela Administração da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN à aprovação dos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em Abril de 2018, contempla o pagamento sob a forma de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio. Os dividendos obrigatórios apurados (37% sobre o lucro) atingiram a cifra de R\$ 134.244 mil, que deduzido o valor de R\$ 123.974 mil, corresponde ao valor de juros sobre o Capital Próprio, já líquido de imposto de Renda Retido na Fonte, corresponde a uma proposta de dividendos de R\$ 10.270 mil, assim demonstrada por ação, R\$ 0,20839 por ação ordinária e R\$ 0,22923 por ação preferencial. Os dividendos, na forma acima identificada, deverão ser pagos, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social, conforme disposição legal contida na Lei 6404/76. Com base nos exames efetuados pelos Auditores Independentes da empresa AUDILINK & CIA. AUDITORES e à vista do Parecer, o Conselho Fiscal declara que os documentos estão aptos à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da CORSAN.

Porto Alegre, 15 de março de 2018.

ROGÉRIO ALVES RIOS

PAULO MARQUES DOS REIS

FRANCISCO LUZARDO DA SILVA GONZALEZ

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os abaixo-assinados, membros do Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e a Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e considerando os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, deliberam favoravelmente sobre os referidos documentos e propõem sua aprovação por parte dos Acionistas da Companhia.

Porto Alegre, 15 de março de 2018.

AUGUSTO ARNOLD FILHO
Presidente do Conselho

FLAVIO FERREIRA PRESSER
Conselheiro

SILVÉRIO MIRANDA NETO
Conselheiro

ODIR LUIZ BACCARIN
Conselheiro



"Contabilização e Elaboração das Demonstrações Financeiras da CORSAN"